



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

I

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, na 4ª Reunião
do Conselho do Mercosul, em Assunção,
Paraguai. Assunção, 1º de julho de 1993.**

Senhores Presidentes,
Senhores Ministros,
Senhores Chanceleres,
Senhoras e Senhores,

O Paraguai que nos acolhe se encontra em momento forte de sua história política. A eleição do Senhor Juan Carlos Wasmosy confirma a vontade de seu povo de viver dentro das difíceis, mas insubstituíveis regras democráticas. Ao governo do Presidente Andrés Rodríguez deve ser creditado o respeito de seus contemporâneos. Coube-lhe administrar, com inegável espírito de estadista, a transição, com a restauração das plenas liberdades cívicas em seu país.

Os nossos povos têm lutado para construir nações soberanas e prósperas, mas soberania e prosperidade só serão efetivas e duradouras se estiverem fundadas no respeito absoluto aos direitos do homem e do cidadão. Sem os alicerces jurídicos da liberdade, os regimes deixam de ser políticos, para se transformar em organizações policiais, quaisquer sejam as intenções daqueles que chefiem. Os conflitos sociais não podem ser reprimidos pela violência do Estado. Ao Estado cumpre buscar a conciliação das idéias e dos interesses mediante o paciente diálogo democrático. A pluralidade de

idéias e de partidos enriquece o espírito e o celeiro das nações, enquanto as ditaduras só conseguem o seu efêmero e enganoso êxito, quando o conseguem, à custa do medo, da delação e do luto.

Formamos, as quatro nações que aqui se reúnem, um grupo de povos empenhados em edificar sistemas democráticos sólidos, nos quais a justiça social se exerça de tal maneira que as liberdades políticas deixem de ser mera declaração dos textos constitucionais, para se expressarem na plena cidadania de todos os homens e mulheres.

Não estamos construindo apenas um mercado comum, mas estabelecendo, nesta parte da América e do mundo, área de novo convívio solidário. A igualdade de direitos que estabelecemos em nossos tratados de comércio há de se refletir no mesmo respeito à soberania de cada um de nossos países. A política externa do Brasil Republicano sempre foi a de absoluto respeito à autodeterminação dos povos, às fronteiras historicamente reconhecidas e aos tratados livremente assumidos.

Senhores Presidentes,

O Brasil enfrenta com coragem e determinação a tarefa de retomada do crescimento econômico em bases não-inflacionárias, inspirado pelo aperfeiçoamento de sua democracia, e sem deixar de atentar para os problemas sociais que se agravaram durante a última década.

A economia brasileira começa a recuperar-se de longo período recessivo e a dar mostras de renovado vigor: crescem as exportações e a produtividade da indústria, da mesma forma que a fronteira agrícola se expande, com reflexo significativo no aumento do produto interno bruto.

Senhores Presidentes,

Fomos capazes de iniciar e levar adiante o processo de integração do Cone Sul em período adverso, durante o qual nossas economias enfrentaram conhecidas dificuldades. Em que pesem os contratempos e percalços, conseguimos avanços expressivos.

Chegamos a um ponto de entendimento que nos permitirá encontrar o melhor caminho na busca de uma progressiva convergência de nossas economias, e na definição de regras comuns em setores como o da garantia de investimentos, da defesa da concorrência, dos direitos do consumidor, dos serviços e da propriedade intelectual.

O Governo brasileiro reafirma o propósito de implementar o Tratado de Assunção, seus objetivos e suas metas. Passado um ano da aprovação do cronograma de Las Leñas, alcançamos resultados bastante significativos. Os reajustes que se revelaram necessários, em muitos aspectos do cronograma, obedeceram às exigências da realidade. Isso contribuiu para o aperfeiçoamento do processo e para facilitar sua efetiva implementação.

Até o final de 1994, teremos constituído a Zona de Livre Comércio e estabelecido uma união aduaneira, com definição da tarifa externa comum, de fundamental interesse para todos nós. É necessário ter em mente que a tarifa externa comum deve ser compatível com o nível de desenvolvimento industrial e com outros interesses econômicos da região. Embora a estipulação dos níveis tarifários constitua exercício complexo, estou convencido de que encontraremos, com o empenho político de nossos governos, as soluções mais adequadas.

A negociação da tarifa externa comum pressupõe atitude construtiva e coordenada de nossos países, sem iniciativas isoladas ou que atendam apenas a interesses nacionais espe-

cíficos, os quais, muitas vezes, são ditados por visões de curto prazo.

É preciso destacar a importância histórica de nosso empreendimento. As preferências tarifárias entre os quatro países-membros reorientam nossas correntes comerciais e já conferem ao intercâmbio sub-regional dimensões inéditas: registro que, em 1990, nosso intercâmbio com Argentina, Paraguai e Uruguai era de US\$3,6 bilhões. No ano passado, esse intercâmbio atingiu a cifra de US\$6,3 bilhões.

A união aduaneira que constituiremos será a primeira do hemisfério americano e a segunda no mundo a ser negociada, após a da comunidade europeia. O mercado comum entre nossos quatro países, que alcançará sua expressão plena na livre circulação de serviços e de pessoas, será o passo seguinte no processo de integração regional.

Estamos avançando na direção certa. É fundamental, portanto, que continuemos planejando cuidadosamente o percurso, até o final do período de transição, de modo a preservar os resultados obtidos e preparar o terreno para uma integração sólida.

Em 1994, daremos um grande salto no processo de integração, com a realização da conferência intergovernamental sobre aspectos institucionais, na qual estabeleceremos os mecanismos e órgãos que hão de conduzir à plena integração. Procuraremos assegurar o ajustamento das instituições ao processo de integração, com os olhos voltados para o funcionamento do Mercosul a partir de 1º de janeiro de 1995.

O Brasil considera essencial que tais negociações sejam orientadas pela expressão demográfica e econômica dos sócios do Mercosul. Se assim não for, dificilmente serão criados os mecanismos institucionais equilibrados e democráticos indispensáveis aos nossos objetivos.

A integração no âmbito do Mercosul e em toda a América do Sul será, cada vez mais, elemento que favorecerá a presença da região no mundo. A coesão regional abrirá novas oportunidades de entendimento com outras regiões do globo e fortalecerá nossa capacidade de atuação no sistema multilateral de comércio.

Senhores Presidentes,

Não há caminho de volta. Nosso dever, como chefes de Estado das Nações do Mercosul, consiste em velar pela conclusão satisfatória de cada uma das fases negociadoras que se sucederão, superando os obstáculos com um sentido de grandeza histórica, que nos conduza a um futuro de prosperidade e justiça social.

Antes de concluir, registro o agradecimento pelo notável empenho e eficiência do Paraguai, no período em que ocupou a presidência *pro tempore* do Mercosul. Expresso às autoridades uruguaias, que assumem esta responsabilidade, a certeza de que se desincumbirão, com a habitual competência, da importante tarefa.

Senhores Presidentes,
Senhores Ministros,

Este e outros encontros têm servido para que nos conheçamos melhor, como homens incumbidos pelas circunstâncias e pela vontade de nossos povos de associar nossos Estados nacionais em torno de que a integração continental é o destino inafastável de nossos países. Os povos, como as pessoas, se estimam mais, quando se conhecem melhor e realizam, juntos, seus projetos comuns. O Mercado Comum do Sul é o início do processo que nos levará a fazer da nossa América a grande pátria de homens livres.

Muito obrigado.